

Câmara Municipal de São Ca Saulo

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O parlamento se caracteriza por ser representação de idéias e opiniões que retratam os diferentes pensamentos da comunidade. Reflete os setores diversos, os contrastes que existem, as grandezas e as misérias da sociedade.

O parlamento não é um bloco uniforme de poder e no cotidiano realiza o exercício permanente da negociação. É preciso romper com a prática em que o Parlamento só se relaciona com a sociedade nos momentos eleitorais.

Se faz mister alterar a relação entre as instituição e a sociedade, integrar as pessoas ao espaço público, no desenvolvimento de uma relação contínua e consequente.

Uma das formas para a mudança e melhoria nas relações entre a instituição pública e a sociedade civil é a criação de uma revista desta Casa, que represente o pluralismo das opiniões dos seus membros, mantenha os cidadãos informados e demonstre os seus compromissos com a nação e com nossa cidade.

A par disso, uma revista permite atingir segmentos específicos, formadores de opinião, como universidades, entidades de classe, organizações não governamentais, clubes de serviços, movimentos sociais organizados e outros órgãos legislativos.

A troca de experiências e a divulgação séria dos nossos trabalhos com certeza acarretarão o respeito por esta Casa Legislativa.

O desenvolvimento de um projeto duradouro e com qualidade exigirá a necessária definição de uma equipe de profissionais, dentre os existentes na Casa, que sejam competentes e principalmente possam atuar com liberdade de expressão atendendo aos anseios da cidade.

Levar a informação aos interessados, buscando o desenvolvimento de uma cultura política participativa e que consolide a democracia, é o nosso propósito. Para tanto, anexamos ao presente, cópia da capa da Revista do Legislativo editada pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

CARLOS NEDER

Vereador - PT

Organic Publicos Autoro a Caixa Praca



- Seminário discute
 reforma agrária
 em Minas
- Estudo avalia processo de emancipação de distritos
- □ Estado busca - parceiros para - área de C&T

Folha n.o. 4 04 proc. 97

Legislativo

MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DEPUTADOS
PRESIDENTE AGOSTIMMO PATRÚS

1ªVICE-PRESIDENTE WANDERLEY ÁVILA

2ªVICE-PRESIDENTE PAULO PETTERSEN

1ªSECRETÁRIO RÉMOLO ALOISE

2ªSECRETÁRIO MARIA JOSÉ HAUEISEN

3ªSECRETÁRIO IBRAHIM JACOB

4ªSECRETÁRIO ERMANO BATISTA

SECRETARIA

52SECRETÁRIO

DIRETOR-GERAL DALMIR DE JESUS SECRETÁRIO-GERAL PAULO R. NAVARRO VIEIRA

Αντόνιο Júlio

revista do legislativo

Publicação da Assembléia Legislativa do Estado de Minus Gerais. Conselho Editorial: Silvia Rubião Resende (Secretária de Comunicação Institucional), Maria das Dores de Abreu Amorin (Secretária de Procedimento Legislativo), Élcio Costa Moreira (Gerente-Geral de Consultoria e Pesquisa), Myriam Costa de Oliveira (Gerente-Geral de Projetos Institucionais). Luiz Antônio R. Freitus (Gerente-Gerul de Comunicação Social), Ramiro Barista (Gerente de Jornalismo) e Agda Maria Pimentel (assessora). Editora Responsável: Sílvia Rubião Resende, Editores Executivos: Francisco de Morais Mendes e Patrícia Duarte. Secretários de Redação: Jurani Garcia e Edméia Passos. Editor de Arte: Antônio Faria Iúnior.

Endereço

Rua Rodrigues Caldas, 30 - Sala 7 CEP 30190-921 - Tel: (031)290.7800 Fax: (031)290.7811 e 290.7810 - BH - MG

Assembléia na Internet: http://www.almg.gov.br



idéia de que se está abrindo a caixa preta do orçamento público, tema desta edição da Revista do Legislativo, está relacionada com o fato de que, pela primeira vez na história do País, começa a ganhar transparência efetiva a questão dos números financeiros do Estado. Alguns passos foram necessários para se chegar a isto: a Constituição de 1988, que estabeleceu novos mecanismos

de controle; a CPI do Orçamento, no início da década, que chamou a atenção para as infinitas possibilidades de distorção da mais importante peça de controle das contas públicas; e o Plano Real, de 1994, que eliminou a ficção engendrada pela maquiagem da correção monetária.

Passados esses solavancos, a sociedade começa a ver o orçamento como uma peça indispensável de planejamento, acompanhamento e controle das contas públicas. É a partir dele que se conhecem e se confirmam as reais pretensões do Executivo, é dentro dele que se dá o embate de prioridades entre governo e os segmentos representativos da sociedade e é através dele que vai se dar o questionamento dessas prioridades, seguido da fiscalização e do controle. Não é pouco. O novo orçamento abre para a sociedade uma perspectiva de amadurecimento mesmo—aquela em que se vai medir e cobrar, pari passu, a eficiência dos governos.

Se vai permitir cobrar eficiência do lado de lá, aumenta a responsabilidade do lado de cá. Essa mesma sociedade vai ter que se preparar para ler esses números e suas prioridades para, com autoridade, discuti-los, questioná-los e apresentar alternativas. Particularmente ao Legislativo, melhor canal da múltipla voz da sociedade, cabe buscar cada vez maior aperfeiçoamento técnico de seus quadros e mecanismos cada vez mais sofisticados de acompanhamento, fiscalização e controle.

É nesta perspectiva que essa caixa já não tão preta é discutida aqui. No gancho dessa propícia realidade, artigos e entrevistas discutem os problemas e possibilidades desse novo quadro, na ótica do Legislativo, sobretudo o de Minas, onde uma experiência como as Audiências Públicas Regionais, destinadas a eleger prioridades para a proposta orçamentária, vai também vivendo seus solavancos, na tentativa de contribuir com esse novo tempo que está nascendo.

O resultado do Seminário sobre Reforma Agrária em Minas Gerais é outro tema abordado nesta edição da Revista do Legislativo. O encontro, que reuniu técnicos do Executivo e do Legislativo, representantes de entidades de classe e movimentos sociais, produziu um documento inédito no Estado, destacando as reivindicações consensuais entre os participantes e enumerando aquelas específicas de cada segmento.



Orçamento

Jorge Pôssa 4 O ORÇAMENTO NO REAL

Paulo Eduardo Rocha 11 FOCOS DE RESISTÊNCIA À DEMOCRATIZAÇÃO

Luís Aureliano G. Andrade 15 VOCAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER LEGISLATIVO

John N. Lattimer 19 508 O RIGOR DA LEI - ENTREVISTA

Audiências Públicas

Deputado Sebastião Navarro Vieira 27 exercício Democrático

Maria Elisabete Gontijo Santos 30 QUEM É O PARTICIPANTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Maria Luisa Campos Passos Leal 37 ESPAÇO PARA DISCUTIR AS PRIORIDADES REGIONAIS

Reforma Agrária

Francisco de Morais Mendes 40 A VEZ DA REFORMA AGRÁRIA

João Pedro Stédile 45 A LUTA PELA TERRA É LEGAL - ENTREVISTA

Partidos Políticos

Lúcio Perez 49 MILITÂNCIA EM QUEDA

Pesquisa

Antônio Cláudio L.G. Cerqueira 54 EMANCIPAÇÃO DE DISTRITOS

PMDI

Francisco de Morais Mendes 66 GOVERNO E EMPRESAS BUSCAM SINTONIA EM C&T

CRÉDITOS: CAPA: Betinha · Ilustrações: Betinha 5,17,43 e 69 · Fotografias: Alair Vieira 5, 7, 8, 29, 41, 52, 63 e 70 O Jerônimo Dias 19 e 37 O Marcelo Metzker 9, 11, 15, 27, 39, 42 e 45

Revista do Legislativo